

CRÍTICA TEXTUAL & LINGÜÍSTICA HISTÓRICA: A QUESTÃO DOS DIACRÍTICOS *

César Nardelli Cambraia**

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar uma descrição sistemática do uso de diacríticos em um texto medieval português – Livro de Isaac (cód. ALC 461 da Biblioteca Nacional de Lisboa) – e discutir problemas que a sua interpretação coloca para a Crítica Textual e para a Lingüística Histórica.

1. Introdução

Quanto mais pretérita a fase da história de uma língua que um pesquisador se propõe a estudar, tanto mais desafios deverá estar preparado para encontrar. Em se tratando de textos medievais, constitui problema não só a limitação do espectro de fontes (nem sempre se encontram textos de um mesmo gênero ou tipo em todas as fases da história de uma língua), mas também a própria natureza dessas fontes. Convém lembrar aqui que muitos dos textos da Idade Média (senão todos...) chegaram até os dias de hoje através de cópias de cópias (cf. SILVA NETO, 1956: 16), o que significa que constituem fontes de natureza compósita, ou seja, são fruto de diversas mãos de diversos lugares de diversas épocas. Essa natureza compósita coloca diversos problemas tanto para aqueles que se propõem a editar as referidas fontes (os filólogos) quanto para os que pretendem empregá-la como *corpus* em uma análise lingüística (os diacronistas).

* Recebido para publicação em maio de 2003.

** Professor da Faculdade de Letras /UFMG.

No presente trabalho pretende-se analisar o uso dos diacríticos em um manuscrito medieval português não só para demonstrar quais eram seus empregos e funções, mas também para evidenciar a complexidade de sua interpretação tanto por quem edita quanto por quem analisa lingüisticamente as fontes medievais. Intenciona-se igualmente contribuir para os estudos de história da escrita, tratando de um tema que, até o presente momento, não tem recebido a devida atenção por parte dos estudiosos.

2. Os diacríticos no *Livro de Isaac* (cód. ALC 461)¹

O exame da escrita em que o texto do *Livro de Isaac* (cód. ALC 461) – doravante *LI* – foi registrado permite verificar a existência de diversos diacríticos (“sinais gráficos que conferem às letras ou grupos de letras um valor fonológico especial” (CÂMARA JR., 1985:94). Encontram-se no *LI* os seguintes diacríticos: a *cedilha*, o *ponto*, o *traço oblíquo*, o *traço ondulado* e o *traço horizontal*².

¹ O cód. ALC 461 encontra-se atualmente na Biblioteca Nacional de Lisboa, tendo pertencido antes à Livraria manuscrita do Mosteiro cisterciense de Santa Maria de Alcobaça. Compõe-se de 148 fólios (58 de pergaminho e 90 de papel), com dimensão média de 210 x 140 mm, distribuídos em 15 cadernos (na maioria, quínios). Por o códice possuir fóls. de papel, OLSEN (1984:248) situou-o na segunda metade do séc. XV, algo confirmado pelo estudo lingüístico do *Livro de Isaac* realizado por CAMBRAIA (2003), embora essa cópia do texto pareça remontar a uma tradução do último quarto do séc. XIV. A versão portuguesa do *Livro de Isaac*, editada por CAMBRAIA (2000) e utilizada neste trabalho, encontra-se nos fólios 14r-101r e compõe-se de 48 capítulos, embora faltem o primeiro, o segundo e uma parte do terceiro por mutilação do códice.

² A falta de estudos específicos sobre os diacríticos resulta na inexistência de uma nomenclatura consensual para designá-los: por esta razão, adota-se aqui uma terminologia provisória, mas transparente.

2.1. Cedilha

Na evolução da escrita latina, desenvolveu-se um diacrítico colocado sob certas letras ao qual se costuma chamar de *cedilha*: tal termo se aplica, na verdade, a dois sinais semelhantes (um tem seu lado côncavo virado para a direita; outro, para a esquerda) mas de origem aparentemente distinta.

Uma primeira cedilha seria aquela que derivou, segundo PROU (1924:154), da modificação de uma forma ligada constituída de um <a> e um <e>, mais exatamente o <æ>: o traço superior do <a> teria sido negligenciado e posto de lado; paulatinamente sua argola inferior teria descido para baixo do <e> na forma de um gancho, gerando-se assim o <ę>, chamado de *e caudata* (cf. STEFFENS, 1910:XIX). Em função de sua própria origem, representava geralmente o ditongo latino *ae* (e posteriormente também *oe*) já na escrita uncial do séc. VII; tornou-se freqüente apenas no séc. X, concorrendo com <æ> na primeira metade do séc. XI, mas superando-o na segunda metade desse século. Seu desaparecimento e substituição por um <e> simples começaria em torno do séc. XII, concluindo-se no séc. XIII. Há registro de sua ocorrência eventual mesmo quando não se tratasse de ditongo: p. ex., <ęcclesia> em manuscrito do séc. XII (cf. STEFFENS, 1910:XIX).

Uma segunda cedilha teria derivado, de acordo com PROU (1924:90), de uma forma particular do <z> na escrita visigótica, à qual teria passado a manuscritos de letra francesa escritos na Espanha do séc. XII. Segundo STEFFENS (1910:XXII), essa cedilha teria surgido do desligamento da cauda existente no <z> da escrita gótica antiga. Opinião partilhada por MAIA (1997:25), que, baseando-se em PIDAL (1964:217-218), afirma que a cedilha teria nascido de um processo em que a forma de <z> do *z* visigótico (o qual se assemelharia a um <ŷ>) teria se tornado cada vez menos acentuada, predominando paulatinamente a forma de <c> de sua parte superior.

No *LI*, a cedilha ocorre apenas sob <c>³ e indica os casos em que este representaria o fonema /ts/ (por oposição a /k/, quando o <c> apareceria sem cedilha). Ocorre não apenas antes de <a, o, u>, como na ortografia moderna do português, mas também antes de <e> (mais raro)⁴: <começarom>⁵ (l. 104), <disputaçom> (l. 51), <uëçudo> (l. 73) e <çertos> (l. 1660). Há, entretanto, alguns poucos casos em que o <c> ocorre sem a cedilha antes de <o, u>⁶, mas ainda assim estaria, aparentemente, representando o fonema /ts/: <coracom> (l. 1255) e <cugidade> (l. 4052).

2.2. Ponto

O *ponto*, modernamente chamado de *pingo*, ocorria sobre o <y>, segundo STEFFENS (1910:XI), já desde a escrita merovíngia (sécs. VII a IX). PROU (1924:269) diz apenas que tal já se passava desde a alta Idade Média, mas acrescenta que a substituição do traço oblíquo (vide seção a seguir) pelo ponto sobre <i> começa por volta do séc. XV.

No *LI*, o ponto aparece apenas sobre o <y> (nunca sobre <i, j>), mas não ocorre sempre (apenas em um sexto das ocor-

³ Tal não foi, entretanto, o único contexto de ocorrência da cedilha em textos medievais portugueses: CEPEDA (1962:12) assinala sua existência sob <t> no cód. quatrocentista de cota nº 920 (Catálogo Geral) da Biblioteca Pública Municipal do Porto, contendo a primeira versão portuguesa do livro I da *Imitação de Cristo*: p. ex., <conçiença> (l. 45).

⁴ Os números entre parênteses indicam a linha em que o dado transcrito se encontra na edição semiplomática do *Livro de Isaac* realizada por CAMBRAIA (2000).

⁵ Conferir o fac-símile 1 na seção *anexo* ao final deste trabalho.

⁶ A ausência de cedilha nesses casos não parece ser lapso do escriba, pois, como lembra MAIA (1997:26), trata-se de “um uso gráfico bastante difundido em Espanha e um tanto utilizado também em Itália e França”.

rências de <y>): cf. <muÿto>⁷ (l. 23) x <muyto> (l. 508). Sua função talvez fosse diferenciar <y> de <ij>: COSTA (1993:48) afirma que “[às] vezes, é difícil distinguir o *y* do duplo *ij*. Todavia (...) o *y* costumava levar ponto (...), enquanto o duplo *ij* não leva ponto (mas pode levar dois tracinhos finos semelhantes a acentos agudos)”.

2.3. Traço oblíquo⁸

O *traço oblíquo*, que consistia em um fino traço inclinado para a direita, teria sido utilizado originalmente, na opinião de PROU (1924:268), para distinguir <u> de <ii>. PROU (*op. cit.*) registra a ocorrência deste diacrítico duplicado já em documento do séc. XI, embora afirme que só se torna freqüente sobre o <i> entre os sécs. XIII e XIV, sobretudo antes ou depois de <m, n, u>, letras com cujas jambagens o <i> poderia se confundir. Sua ocorrência sobre letras duplicadas que não fossem <i> também se registra em documentos do séc. XII: Prou (1924:269) assinala sua presença sobre <ee> em uma Carta de Ravena, datada de 1135. Não se pode deixar de mencionar aqui o fato de que TERRERO *ET AL.* (1995:17 e 131) registram a ocorrência deste diacrítico (simples) em inscrição romana do séc. I d.C., na qual o “ápice” indicaria a natureza longa da vogal.

No *LI*, o traço oblíquo simples ocorre apenas sobre <i, j>⁹; quando ocorre sobre <i>, parece realmente ter a função de facilitar a leitura naqueles casos em que o referido grafema poderia se

⁷ Conferir o fac-símile 2 na seção *anexo* ao final deste trabalho.

⁸ O termo utilizado para designar este diacrítico oscila na literatura especializada: MAIA (1997:27) emprega “ápex”, descrevendo-os, quando duplos, como “semelhantes a dois acentos agudos muito finos”; DUARTE (1986:50), FERREIRA (1987:117) e MARTINS (1994:apêndice-xxiii) adotam “plica”; NUNES (1984:7) parece utilizar “acento agudo” quando se trata de sinal diacrítico de razão fonética, e “plica” quando de razão puramente gráfica.

⁹ Excepcionalmente o traço oblíquo aparece sobre <y, u>. Sobre o <y>, ocorre sozinho apenas quatro vezes: <dúyñal> (l. 189), <oppinýõēs> (l. 824), <Recebýmëto> (l. 4310) e <dúyñaaes> (l. 4857) - nesses casos, em que se

confundir na palavra com <u>, <n> e <m>: p. ex., em <auída>¹⁰ (l. 1303), o diacrítico afastaria leituras errôneas da palavra como <aiuda> ou <ainda>.

O traço *oblíquo* ocorre também duplicado, ou seja, sobre dois grafemas contíguos - aparece no *LI* sobre <aa, ee, oo, uu, ij>¹¹: cf. <speciááes> (l. 2497), <mééstre> (l. 354), <dóóes>¹² (l. 633), <núú> (l. 746) e <uisiuíjs> (l. 69). Quando os grafemas contíguos representavam vogais etimológicas, o traço oblíquo duplo poderia estar assinalando hiato entre vogais orais, decorrente de síncope de consoante intervocálica não-nasal (cf. <núú> (l. 746), do *lat.* NUDU-) ou hiato entre vogal nasal e oral, decorrente de síncope de consoante intervocálica nasal (cf. <víjde> (l. 678), do *lat.* VENITE). Quando os grafemas contíguos representavam vogais não-etimológicas, o traço oblíquo duplo poderia estar assinalando hiato entre a vogal representada pelos dois grafemas contíguos e a vogal seguinte (ambas orais), decorrente de síncope de consoante intervocálica não-nasal (cf. <principiááes> (l. 2469), do *lat.* PRINCIPALES), ou abertura da vogal (cf. <Óó> (l. 142), interjeição de vocativo).

contraria a tendência de usar ponto sobre <y> para diferenciá-lo de <ij>, que receberiam traço oblíquo duplo, talvez a presença deste diacrítico seja indício de tentativa do escriba de corrigir <y> para <i>: em <Recebýmêto> (l. 4310) parece haver um <i> por baixo ou por cima do <y>. Em sua úni

¹⁰ Conferir o fac-símile 3 na seção *anexo* ao final deste trabalho.

¹¹ Excepcionalmente ocorre sobre <ae> (duas vezes) e sobre apenas um <y> (uma vez): <quaáés> (l. 1674), <díuynaáés> (l. 2998) e <senssiuýs> (l. 3544). As formas <i> (chamado *i curto*) e <j> (chamado *i longo*) estão sendo consideradas aqui como alógrafas, ou seja, variantes morfológicas de um mesmo grafema.

¹² Conferir fac-símile 4 da seção *anexo* ao final deste trabalho.

2.4. Traço ondulado

O *traço ondulado*, do qual praticamente não há notícia nos manuais de paleografia¹³ e filologia tradicionais, ocorre, no *LI*, apenas sobre <aa, ee, oo>¹⁴: <mãã>¹⁵ (l. 657)¹⁶, <mêêsomo> (l. 17) e <diabõõ> (l. 382). MAIA (1997:27) assinala também ter encontrado em seus documentos esse traço, que descreve como “um sinal parecido com um til ondulado e que, provavelmente resulta da união dos dois sinais anteriormente referidos [isto é, dos dois acentos agudos muito finos]”. A hipótese de que derive do traço oblíquo duplicado parece ser legítima, pois seu emprego praticamente coincide com o do referido traço – a diferença estaria no fato de o traço ondulado nunca ocorrer sobre <uu, ij>: assim, quando os grafemas contíguos em questão representavam vogais etimológicas, o traço ondulado poderia estar assinalando hiato entre vogais orais, decorrente de síncope de consoante intervocálica

¹³ Embora esse sinal ocorra em documentos do álbum de DIAS *ET AL.* (1987) - cf., p. ex., <uõöntade> na linha 3 do documento no. 12, datado de 1313 da Era Cristã, à pág. 20 -, os autores da referida obra não falam a respeito e transcrevem, à pág. 21, a palavra acima citada como <uóöntade>, o que sugere que consideram esse sinal, tal como MAIA (1997), resultado da união de dois traços oblíquos.

¹⁴ Há, porém, alguns poucos casos em que ocorre sobre <e> (uma vez) - <mêesimo> (l. 2901); sobre <ae> (três vezes) - <saãẽ> (l. 1685), <taãês> (l. 2510) e <signaãês> (l. 3537); e sobre <ua> (uma vez) - <gũãaça> (l. 809): nestes quatro últimos casos, o posicionamento fora do habitual parece ser simplesmente fruto do processo manual (e, portanto, variável) da escrita.

¹⁵ Conferir o fac-símile 5 na seção *anexo* ao final deste trabalho.

¹⁶ Embora nas transcrições aqui haja um traço ondulado sobre mais de um grafema, no manuscrito há sempre apenas um traço ondulado, que ocorre cobrindo dois grafemas ou ficando numa posição intermediária. A presente transcrição com um traço ondulado sobre ambos os grafemas decorre do critério de transcrição adotado na edição semidiplomática de onde os dados estão sendo extraídos (cf. CAMBRAIA, 2000:156).

não-nasal (cf. <mãã> (l. 657), do *lat.* MALA-), ou hiato entre vogal nasal e oral, decorrente de síncope de consoante intervocálica nasal¹⁷ (cf. <böö> (l. 537), do *lat.* BONU-). Quando os grafemas contíguos representavam vogais não-etimológicas, o traço ondulado assinalaria hiato entre a vogal representada pelos dois grafemas contíguos e a vogal seguinte (ambas orais), decorrente de síncope de consoante intervocálica não-nasal¹⁸ (cf. <sööe> (l. 158), do *lat.* SOLE-), ou hiato entre vogal nasal representada pelos dois grafemas contíguos e a vogal oral seguinte, decorrente de síncope de consoante intervocálica nasal (cf. <mão> (l. 577), do *lat.* MANU).

2.5. Traço horizontal

O *traço horizontal*, segundo BATELLI (1999:66), teria surgido como sinal de abreviatura de uma consoante nasal (<m> ou <n>) para sanar falta de espaço em final de verso: inicialmente teria sido colocado do lado da letra que o precedia, mas posteriormente teria passado a ser colocado sobre ela; para indicar especialmente a ausência de <m> ter-se-ia criado o hábito de colocar um ponto sobre

¹⁷ Neste segundo caso se encaixaria <gũãaça> (l. 809), do *lat.* GANANTIA-, caso o escriba não tivesse deslocado a posição do diacrítico.

¹⁸ Neste primeiro caso se encaixariam <saãẽ> (l. 1685), do *lat.* SALI-, <taãês> (l. 2510), do *lat.* TALES, e <signaãês> (l. 3537), do *lat.* SIGNALES - caso o escriba não tivesse deslocado a posição do diacrítico.

¹⁹ O uso do traço horizontal com ponto em textos em língua portuguesa é confirmado por CRUZ (1987:93), o qual o nomeia de "sobrepontado". Embora não ocorra no testemunho do *Livro de Isaac* em análise aqui (cód. ALC 461), aparece no testemunho da mesma obra que se encontra atualmente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sob a cota 50,2,15: nesse segundo testemunho, o uso do traço horizontal sobrepontado não parece ser claro, pois pode ocorrer marcando abreviação (cf. <xpõ> (fól. 39v18) por <christo>), nasalidade (cf. <coraçoõ> (fól. 38r17)) ou hiato decorrente de queda de consoantes intervocálica (cf. <corporãês> (fól. 17r20), do *lat.* CORPORALES); concorre com o uso do traço

esse traço¹⁹. Em função de fenômenos que produziram vogais nasais ao longo da história da língua portuguesa, esse sinal, com forma cada vez mais ondulada, passou a exercer uma nova função: tornou-se um diacrítico para indicar nasalidade vocálica²⁰.

No *LI*, ocorre como diacrítico, via de regra, sobre grafemas de referência vocálica - mas, por causa da oscilação de sua extensão, não se tem certeza absoluta sobre quando ocorre acima de um ou mais grafemas. Há, no *LI*, sua ocorrência sobre <a, e, i, j, y, o, u, aa, ae, ai, ee, ei, ia, ie, ij, ya, oa, oe, oi, oy, oo, ua, uu, ooe>²¹: cf. <demostrã> (l. 80), <nẽ> (l. 47), <mĩguada> (l. 120), <mĩj> (l. 655), <mỹ> (l. 548), <nõ> (l. 48), <segũdo> (l. 53), <mããos> (l. 3962), <saãẽ> (l. 3020), <mãifesta> (l. 611), <homẽes>²² (l. 373), <pẽitencia> (l. 670), <examĩaçom> (l. 3210), <scĩecia> (l. 67), <vĩjndo> (l. 2634), <comỹã> (l. 2267), <bõã> (l. 22), <afflições> (l. 1401), <demõios> (l. 275), <demõyos> (l. 3954), <dõões> (l. 2335), <hũã> (l. 76), <comũidade> (l. 1738), <hũũ> (l. 210) e <põõẽ> (l. 2070). Em todos os casos em que o traço horizontal ocorre como diacrítico é possível perceber a representação de uma nasalidade cuja origem é bastante variada: pode derivar de (i) nasalização de vogal precedente a uma fonema nasal em final de sílaba que provavelmente teria desaparecido: cf. <segũdo> (l. 53), do *lat.* SECUNDU- e <nõ> (l. 48), do *lat.* NON; (ii) nasalização de vogal

horizontal sem ponto nos dois primeiros casos (diferencia-se ainda do sobrepontado pelo fato de este ser mais reto e fino, enquanto aquele é mais espesso e curvado para cima): cf., p. ex., <xpõ> (fól. 14v5) por <christo>; e <coraçõ> (fól. 10v11).

²⁰ Este traço horizontal, originalmente um sinal de abreviatura de valor geral, costuma ser chamado de *titulus* (cf. STIENNON (1999:149)), palavra que teria dado origem ao port. *til* através do esp. *tilde* (cf. HOUAISS (2001: verbete *til*)).

²¹ Quanto à sua presença sobre dois grafemas nas transcrições a seguir, consultar nota de rodapé n. 11.

²² Conferir o fac-símile 6 na seção *anexo* ao final deste trabalho.

precedente a uma fonema nasal intervocálico que sofreu síncope: cf. <bõã> (l. 22), do *lat.* BONA-; ou (iii) nasalização (progressiva) de vogal que segue fonema nasal: cf. <nẽ> (l. 47), do *lat.* NEC. Em alguns poucos casos, a extensão do traço horizontal é tal que cobre também as consoantes vizinhas à vogal que recebia o traço – cf. <matã> (l. 2906), em que o traço cobre a palavra inteira no manuscrito. Em outros casos, o traço aparece deslocado para sobre uma consoante, certamente por causa da natureza manual da escrita - cf. <presũpçom> (l. 2021), em que o diacrítico está praticamente apenas sobre o <p> no manuscrito. Há ainda, por fim, casos em que o traço horizontal que, como diacrítico, marcaria nasalidade de vogal se funde ao traço horizontal que era sinal abreviativo: cf. <orações> (l. 1514), em que o sinal abreviativo de <aç> se fundiu com o diacrítico sobre o <o>.

3. A complexidade da interpretação do valor lingüístico de certos diacríticos

Dos cinco diacríticos descritos acima, dois colocam questões interessantes e complexas do ponto de vista ecdótico e lingüístico: são eles o traço oblíquo, quando ocorria duplicado, e o traço horizontal.

3.1. O valor lingüístico do traço oblíquo duplo

O traço oblíquo se diferenciava dos outros por poder ocorrer duplicado, isto é, sobre dois grafemas contíguos: no *LI* aparece sobre <aa, ee, oo, uu, ij> - cf. <speciááes> (l. 2497), <méestre> (l. 354), <pobóó> (l. 2469), <núú> (l. 746) e <uisiũjs> (l. 69). O traço oblíquo simples, como se disse anteriormente na seção 2.3, teria a função de evitar leituras errôneas; mas qual seria sua função quando ocorria duplicado?

Se, no caso de <ij>, o traço oblíquo duplo poderia estar ajudando a diferenciar <ij> de <y>, já em se tratando de <aa, ee, oo, uu>, sua função não parece ser evitar a confusão na leitura de diferentes seqüências (se o fosse, evitaria a confusão entre quais?). Assim sendo, outra parece ser sua função.

Em manuais tradicionais de filologia e de paleografia portuguesas, encontram-se as seguintes propostas para a interpretação do valor do traço oblíquo duplo: (a) vogais seguidas etimológicas ou geminadas (cf. VASCONCELOS, 1959:81; e COSTA, 1993:55); (b) vogais orais (cf. COUTINHO, 1970:73); e (c) nasalidade (cf. COUTINHO, 1970:73; HUBER, 1986:45; e WILLIAMS, 1991:35).

Embora em diversos casos o traço oblíquo duplo possa estar efetivamente representando vogais geminadas etimológicas - cf. <pobóó> (l. 2469) <lat. POPULU- , tal função nem sempre se verifica: cf., p. ex., <speciááes> (l. 2497) <lat. SPECIALES. Entretanto, mesmo nos casos em que os grafemas de referência vocálica marcados com traço oblíquo duplo correspondiam etimologicamente à representação de dois fonemas vocálicos, não se pode ter certeza (pelo menos em textos em prosa) de que correspondessem realmente, na época de seu emprego, a dois fonemas vocálicos: como houve no curso da história da língua portuguesa o fenômeno de crase das vogais iguais em hiato, não se pode assegurar que formas como <pobóó> representassem palavras de três sílabas - é perfeitamente possível supor que já correspondesse a uma palavra dissilábica, embora a ortografia (conservadora neste aspecto) ainda se mantivesse fiel a um estado lingüístico anterior. No próprio *LI*, acham-se exemplos de alternância entre formas com dois grafemas de referência vocálica ou com apenas um, sugerindo a atuação da crase: cf. <meesmo> (l. 72) x <mesmo> (l. 1377). De qualquer maneira, não parece possível negar a proposta de que o traço oblíquo duplo marcasse, em certos casos, vogais geminadas etimológicas (mesmo que nem sempre os grafemas com o traço

oblíquo duplo correspondessem a dois fonemas vocálicos em função do processo de crase que a escrita não estaria representando de forma imediata).

A segunda proposta para o valor do traço oblíquo duplo - a de que marcasse vogal(is) oral(is) - é pertinente, porque dá conta não apenas de casos como <pobóó> (pois, além de haver representação de vogais geminadas etimológicas, trata-se ainda de vogais orais), mas também de <speciááes> (pois, mesmo não havendo a representação de vogais geminadas etimológicas, ainda assim se trataria de vogal oral - no singular, porque <áá> corresponderia, neste caso, a apenas uma vogal do ponto de vista etimológico).

Há, ainda, por fim, a terceira proposta: o traço oblíquo duplo marcaria nasalidade. Também ela mostra-se pertinente para dar conta de dados do *LI*, pois explicaria a presença do traço oblíquo duplo em casos como <víjde> (l. 678) <lat. VENITE.

Isto posto, poder-se-ia pensar que a determinação do valor do traço oblíquo duplo estaria concluída. Na verdade, apenas iniciam-se aqui os problemas.

Em primeiro lugar, não parece possível diferenciar claramente (pelo menos em textos em prosa) quando dois grafemas de referência vocálica com traço oblíquo duplo representariam apenas vogais geminadas etimológicas, apenas uma vogal oral ou ambos. Exemplificando: em casos como <speciááes>, a única análise possível parece ser a de que o traço oblíquo duplo estivesse marcando vogal oral, já que a seqüência <áá> corresponderia etimologicamente apenas a uma vogal; mas em casos como <pobóó>, não parece possível determinar se o traço oblíquo duplo marcaria representação de (a) vogais geminadas etimológicas (e, portanto, hiato), (b) vogais geminadas etimológicas orais ou (c) apenas vogal oral (partindo-se do pressuposto de que a crase do hiato já teria ocorrido).

Em segundo lugar, uma vez que se constatam diversos casos de desnasalização na história do português (cf. HUBER, 1986:139-140; e WILLIAMS, 1991:81-84), a interpretação de dados como <víjr> (l. 561) torna-se bastante complicada. Recuperando-se sua cadeia evolutiva desde o latim até o português contemporâneo (*ueñire* > *vēir* > *ũir* > *vir* (cf. WILLIAMS, 1991:248)), é possível notar que houve um período em que a vogal da sua primeira sílaba teria sido nasal (muito provavelmente, antes mesmo da crase entre a vogal da primeira e da segunda sílaba, essa nasalidade da primeira já poderia ter se espreado para a da segunda); mas depois tal nasalidade teria se perdido: a comprovação da existência dessa nasalidade fica patente com dados como <vijnr> (l. 1398); já dados como <vijr> (l. 1104) sugerem que o processo de perda da nasalidade já estava em curso. Pois bem, se, como já se viu, o traço oblíquo duplo poderia marcar vogais geminadas etimológicas orais (cf. <pobóó>) ou vogais etimológicas nasais (cf. <víjde>), qual das duas funções (interexcludentes!) estaria sendo marcada em dados como <víjr>? Uma vez que a nasalidade de tal verbo estaria em oscilação (como sugerem os dados <vijnr> (l. 1398) x <vijr> (l. 1104)), como saber o que exatamente estaria representando o traço oblíquo duplo no referido caso? Para piorar a situação, poder-se-ia ainda questionar se os dois grafemas de referência vocálica com o traço oblíquo duplo (ou seja, <íj>) estariam mesmo representando dois fonemas vocálicos, ao invés de apenas um - tal como sugere o dado <vír> (l. 2707). Não se pode esquecer ainda que, como se esclareceu acima ao tratar do *ponto*, o traço oblíquo duplo sobre <ij> poderia ainda estar sendo utilizado para diferenciar tal seqüência de <y>!

Naturalmente uma primeira solução para a determinação do valor do traço oblíquo duplo em casos como o acima mencionado seria procurar inferi-lo a partir de textos em verso, onde a rima muito poderia informar. Tal solução, porém, é apenas provisória,

pois nem sempre uma dada palavra aparece rimando em algum dos textos em verso que chegaram até os dias de hoje e, além disso, os sistemas gráficos medievais eram muito suscetíveis a idiosincrasias em razão da inexistência de gramáticas formais explícitas, que normatizariam o uso dos diversos diacríticos.

Enfim, parece realmente ser impossível determinar com precisão o que o traço oblíquo duplo marcaria em dados como <víjr>. Qualquer proposta que for feita será provavelmente sempre provisória.

3.2. O valor lingüístico do traço horizontal

Um fenômeno peculiar à história da língua portuguesa – a queda da consoante nasal alveolar intervocálica – coloca, a propósito, uma dificuldade para a interpretação do traço horizontal, pois, enquanto na escrita latina tal sinal era utilizado para abreviar <n> (dentre outros grafemas), já na escrita portuguesa não se pode determinar com segurança quando estaria representando a supressão do sinal gráfico <n> (funcionando, portanto, como sinal abreviativo) ou a nasalidade da vogal que precedia o fonema nasal alveolar que sofreu síncope (funcionando, portanto, como diacrítico) - para ilustrar esse problema, basta examinar a forma <pēitença> (l. 976): embora se trate de uma forma erudita (a popular correspondente era <peendença> (l. 1061)), não se pode ter segurança absoluta de que o fenômeno de síncope em questão não a tivesse atingido e que, portanto, o traço horizontal estivesse representando, não a supressão gráfica do <n>, mas sim a nasalidade da vogal que precedia o fonema alveolar nasal que teria sofrido síncope. Admitindo que tal sinal já fosse empregado como diacrítico para marcar nasalidade, outro problema coloca-se: como a extensão do traço varia, não é possível ter segurança absoluta sobre de quais vogais estaria sendo assinalada a nasalidade.

Como já se disse antes, não parece possível determinar com segurança a posição do traço horizontal e, portanto, quais elementos estariam sendo representados como vogais nasais; entretanto, há alguns dados que sugerem haver realmente casos de espraçamento de nasalidade para vogais contíguas às que, teoricamente, teriam se tornado nasais primeiramente, reforçando, portanto, a hipótese de que o traço horizontal sobre mais de um grafema poderia estar indicando que todos os grafemas sob o diacrítico representariam vogais nasais. Para melhor esclarecer isto, convém analisar o seguinte dado: <tẽptaçõens> (l. 522). Nesse dado, percebe-se a presença de um <n> depois de <e> que sugere também o <e> representar uma vogal nasal: uma vez que, pela evolução que se poderia propor para a palavra em questão com base nos dados de fonética histórica que o manuais de história do português apresentam (cf. NUNES, 1989:110-114; WILLIAMS, 1991:81-84; e MATTOS E SILVA, 1991:71), a nasalização do fonema representado pelo <o> teria ocorrido primeiro, por influência de um fonema nasal alveolar que sofreria síncope (cf. *lat.* TEMPTATIONES), é possível, então, imaginar que a nasalidade do <o> teria espraçado também para o <e>, sendo a nasalidade de ambos assinalada na forma acima citada <tẽptaçõens> - a nasalidade do <o> seria marcada pelo diacrítico e a do <e> pelo <n> que o segue. Admitindo-se, então, que, segundo a forma <tẽptaçõens>, haveria a marcação da nasalidade dos fonemas representados por <o> e <e>, não seria absurdo admitir também que, em formas como <tẽptaçõẽs> (l. 559), o fato de o traço horizontal cobrir mais de um grafema significaria que todos os grafemas sob o diacrítico representariam vogais nasais.

Dadas as dificuldades relativas ao posicionamento e a extensão do traço horizontal, parece realmente prudente ao editor de textos que assinale, em sua transcrição, sobre quais grafemas encontra-se o traço horizontal. Para exemplificar a relevância desse procedimento, convém fazer menção à documentação da forma

<nũue> (l. 4499) no cód. *ALC 461*, a qual tinha sido hipoteticamente postulada por WILLIAMS (1991:114) para explicar a cadeia evolutiva que deu origem à forma contemporânea <nuvem>: “*nubem* > *nuve* > **nũve* > **nũvem* > *nuvem*”: a documentação da referida forma só foi possível em função do rigor adotado por CAMBRAIA (2000)²³ na transcrição do texto do cód. *ALC 461*.

4. Crítica textual & lingüística histórica: entrelaçamento inevitável

Após as discussões da seção anterior, certamente terá ficado bastante evidente que a interpretação das fontes primárias (sobretudo de manuscritos medievais) para a extração de dados com o objetivo de se fazerem estudos lingüísticos é um processo complexo e delicado. Assim sendo, não basta a um diacronista simplesmente adotar uma edição, tida como fidedigna, quando estiver realizando suas investigações (embora tal condição seja *sine qua non!*): é necessário que os lingüistas que se ocupem de pesquisas diacrônicas tenham uma formação mínima no campo da crítica textual a fim de serem capazes de compreenderem com profundidade como as edições tidas como fidedignas são estabelecidas e quais são os seus limites.

²³ Eis aqui um excerto tirado dos critérios de edição adotados por CAMBRAIA (2000) no que se refere à transcrição de diacríticos: “Na medida em que, em razão do processo de escrita manual, o posicionamento de dois diacríticos - o traço reto horizontal e o traço ondulado - sobre as vogais no manuscrito não é totalmente claro, seguem-se os seguintes critérios neste caso: (i) mantém-se o seu uso tal como no manuscrito, respeitando, assim, as suas variações de posição na palavra; (ii) quando o diacrítico for extenso a ponto de cobrir mais de uma vogal, ambas recebem o diacrítico na transcrição; (iii) nos poucos casos em que o diacrítico está sob uma consoante por deslocamento resultante do processo manual de escrita, é transcrito sob a vogal pertinente (com base em critério etimológico).” (CAMBRAIA, 2000:156)

Dentre os diversos aspectos que devem ser observados na utilização de um texto editado, podem-se citar, em especial, as normas de edição adotadas no estabelecimento do texto utilizado como *corpus*, as quais devem ser rigorosamente examinadas para que se saiba até onde hipóteses podem ser construídas e são legitimadas pelos dados coletados na edição utilizada. Outro aspecto diz respeito a diversos elementos presentes em textos antigos, os quais muito provavelmente seriam negligenciados por consulentes pouco informados sobre a atividade escriptória de épocas passadas, deixando assim de obter ricas e relevantes informações sobre o seu *corpus*. A atenção para tais aspectos já chamava FERREIRA (1992:248-249), ao propor sua inclusão em edições de textos antigos:

(...) devemos ter em conta que todos os elementos que o manuscrito apresenta têm o seu significado (para nós, hoje, nem sempre totalmente esclarecido), como as cores das tintas usadas, as letrinas, os caldeirões, os vários sinais de pontuação, que poderão desempenhar funções diversas, como de separadores, de classificadores, de diferenciadores, etc.(...). Todos estes elementos poderão contribuir para que a edição de um texto medieval seja do maior rigor científico e digna da confiança do investigador, pois só deste modo fica salvaguardada a sua transmissão dentro das melhores condições.

Résumé: *Ce travail a pour but présenter une description systematique de l'emploi des diacritiques dans un texte médiéval portugais - Livro de Isaac (cód. ALC 461 de la Bibliothèque National de Lisbonne) - et discuter les problèmes que son interpretation pose à la Critique textuelle et à la lingüistique historique.*

Referências Bibliográficas


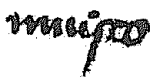

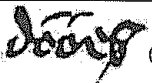

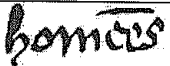
- BATTELLI, Giulio. *Lezioni di paleografia*. 4 ed. Vaticano: Scuola Vaticana di Paleografia, Diplomatica a Archivistica, 1999.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CAMBRAIA, César Nardelli. '*Livro de Isaac*': edição e glossário (cód. ALC 461). São Paulo: FFLCH/USP, 2000. (Tese, Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa)
- _____. Reconstruindo a tradição medieval portuguesa do *Livro de Isaac*: estudo lingüístico comparativo das versões existentes. In: MIRET, Fernando Sánchez. (Ed.) *Actas del XXIII Congreso Internacional de Lingüística y Filología Románica, Salamanca, 24-30 septiembre 2001*. Tübingen: Max Niemeyer, 2003. Vol. IV Sección 5: Edición y crítica textual - Sección 6: Retórica, poética y teoría literária.
- CEPEDA, Isabel Vilares (Ed.) *A linguagem da "Imitação de Cristo" [versão portuguesa de Fr. João Álvares]*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1962. (Publicações do Centro de Estudos Filológicos, 14)
- COSTA, Avelino de Jesus da. *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. 3. ed. Muito melhorada. Coimbra: Instituto de Paleografia e Diplomática/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 6. ed. rev. 3. impr. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.
- CRUZ, Antônio. *Paleografia portuguesa*. Porto: Universidade Portucalense, 1987.
- DIAS, João José Alves; MARQUES, A. H. de Oliveira & RODRIGUES, Teresa F. *Album de paleografia*. Lisboa: Estampa, 1987.
- DUARTE, Luiz Fagundes *Os documentos em português da chancelaria de D. Afonso III (edição)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1986. (Dissertação, Mestrado em Lingüística Portuguesa Histórica).
- FERREIRA, José de Azevedo. *Afonso X / Foro real*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987. Vol. I: Edição e estudo lingüístico, Vol. II: Glossário.
- _____. A transmissão do texto medieval. In: V CENTENÁRIO do livro impresso em Portugal 1487-1987. *Actas do Colóquio sobre o Livro Antigo (Lisboa, 23-25 de Maio de 1988)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1992.

- HOUAISS, Antônio *et al.* *Dicionário eletrônico houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. (Versão 1.0)
- HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1986.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do galego-português; estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian-Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997.
- MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na história do português*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1994. 2 Vols. (Tese, Doutorado em Lingüística Portuguesa).
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo/Salvador: Contexto/Editora UFBA, 1991.
- NUNES, Eduardo Borges. *Paleografia portuguesa medieval*. Lisboa: [s.n.], 1984. Vol I.
- NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa; fonética e morfologia*. 9. ed. Lisboa: Clássica, 1989.
- OLSEN, Birger Munk. La 'Vida de Santa Pelágia': une traduction portugaise médiévale et son modèle latin. *Pelagie la penitente. Metamorphoses d'une légende*. Paris: Études Augustiniennes, 1984. Tome II - La survie dans les littératures européennes.
- PIDAL, Ramón Menéndez. *Cantar de mio Cid*; texto, gramática y vocabulario. 4. ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1964 *apud* Maia (1997)
- PROU, Maurice. *Manuel de paléographie latine et française*. 4. ed. Paris: August Picard, 1924. 3 tomes.
- SILVA NETO, Serafim da. *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956.
- STEFFENS, Franz. *Paléographie latine*. Trèves/Paris: Schaar & Dathe/H. Champion, 1910.
- STIENNON, Jacques. *Paléographie du moyen âge*. 3. ed. Paris: Armand Collin, 1999.
- TERRERO, Ángel Riesco, GARCÍA, Elisa Ruiz, APARICIO, Jesús Domínguez & PRIETO, Ana Belén Sánchez. *Aproximación a la cultura escrita; material de apoyo*. Madrid: Playor, 1995.
- VASCONCELOS, José Leite de. *Lições de filologia portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959.

WILLIAMS Edwin Bucher. *Do latim ao português*. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

Anexo

Reprodução fac-símilar de diacríticos do Livro de Isaac (cód. ALC 461 da BNL)

Fac-símile 1: <i>Cedilha</i>	 (fól. 16r1)
Fac-símile 2: <i>Ponto</i>	 (fól. 14r23)
Fac-símile 3: <i>Traço oblíquo simples</i>	 (fól. 39r18)
Fac-símile 4: <i>Traço oblíquo duplo</i>	 (fól. 26r15)
Fac-símile 5: <i>Traço ondulado</i>	 (fól. 26v14)
Fac-símile 6: <i>Traço horizontal</i>	 (fól. 21r11)